



ESHOJE

25

ANOS DE
ESPÍRITO
SANTO

Fundado em 19 de julho de 2000
por Carlos Roberto Coutinho

Vitória, 1º de julho de 2025 » Ano XXV » Nº 1132
Edição Gratuita Diário » www.eshoje.com.br

 /eshoje

 @eshoje

 eshoje

 eshoje

GERAL

Médicos falam
de morte
assistida » 4



DIVULGAÇÃO

ARTIGO

Direito à
saúde é marco
nacional » 2



ESHOJE

SAÚDE

Entre arte,
educação
e política » 5



DIVULGAÇÃO

Inteligência Artificial pode ser aliado das profissões

Segundo alguns especialistas, a IA tende a revolucionar o mercado de trabalho, ganhando espaço e novos setores e carreiras » 3



DIVULGAÇÃO

JOÃO BATISTA DALLAPICOLA SAMPAIO

Direito à saúde e as competências federativas

O direito à saúde é um dos pilares fundamentais do Estado de Direito, sendo garantido pela Constituição Federal de 1988. Este direito é assegurado a todos os cidadãos, independentemente de sua condição social ou econômica. No entanto, a implementação efetiva desse direito envolve a atuação de diversos entes federativos — União, Estados, Municípios e o Distrito Federal — cada um com suas competências específicas.

O Tema 1.2.3.4 do Supremo Tribunal Federal (STF) é um marco importante na discussão sobre o direito à saúde. Esse tema refere-se à competência para o fornecimento de medicamentos e tratamentos de saúde, estabelecendo critérios para a atuação dos entes federativos.

A Constituição Federal de 1988 prevê que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado, sendo responsabilidade compartilhada entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Cada um desses entes possui atribuições específicas no que diz respeito à promoção, proteção e recuperação da saúde.

A União é responsável por formular e coordenar as políticas nacionais de saúde, garantindo o acesso universal e igualitário aos serviços de saúde.

de. Ela também tem a competência para regular a produção e comercialização de medicamentos, além de estabelecer diretrizes para o SUS (Sistema Único de Saúde).

Os Estados têm a incumbência de executar as políticas de saúde de forma regionalizada e coordenada, garantindo a assistência médica e hospitalar. Eles são responsáveis por fiscalizar e supervisionar os serviços de saúde prestados, além de colaborar com a União na implementação de programas de saúde.

Os Municípios têm a responsabilidade de prestar serviços de saúde à população local, executando ações e serviços de saúde de caráter preventivo e curativo. Eles atuam diretamente na atenção básica e na promoção da saúde.

A medicina privada também

desempenha um papel importante na concretização do direito à saúde. As operadoras de planos de saúde e os hospitais particulares têm a obrigação de oferecer serviços de saúde de acordo com as normas legais e regulatórias. A Lei dos Planos de Saúde (Lei nº 9.656/1998) estabelece diretrizes para o funcionamento desses serviços, garantindo o acesso da população a tratamentos de saúde.

O Tema 1.2.3.4 do STF trouxe definições importantes sobre as competências dos entes federativos na área da saúde. Antes dessa decisão, havia muitas dúvidas e disputas sobre quem era responsável por fornecer determinados serviços de saúde e medicamentos, especialmente quando se tratava de tratamentos de alto custo ou medicamentos não incorporados ao SUS.

Antes do Tema 1.2.3.4, do STF, havia uma certa indefinição sobre a responsabilidade exata de cada ente federativo em relação à saúde, especialmente em casos de medicamentos de alto custo ou tratamentos não padronizados pelo SUS.

Após o Tema 1.2.3.4 do STF, ficou definido que a responsabilidade pela saúde é compartilhada, mas com a União tendo um papel central na formulação de políticas nacionais e na regulação de medicamentos. A decisão esclareceu que os Estados e Municípios devem atuar em conformidade com as políticas e diretrizes estabelecidas pela União, mas também possuem autonomia para adaptar e implementar ações locais de acordo com as necessidades da população.

Essa decisão trouxe maior clareza e segurança jurídica

sobre as atribuições de cada ente federativo, buscando garantir um acesso mais eficiente e equitativo aos serviços de saúde em todo o país.

Entretanto, apesar dos avanços na regulamentação do direito à saúde, ainda há desafios a serem superados, como a desigualdade no acesso aos serviços de saúde e a necessidade de maior integração entre os entes federativos. O fortalecimento do SUS e a cooperação entre os setores público e privado são essenciais para garantir o pleno exercício desse direito.

Em resumo, o direito à saúde é uma responsabilidade compartilhada, que exige a atuação coordenada dos entes federativos e a participação ativa do setor privado, visando sempre o bem-estar da população.

Publicação Legal é aqui

 <https://eshoje.com.br/noticias/publicacao-legal/>

Contato:
bianca@eshoje.com.br
27 2180-0678



ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS

h) ESHOJE
ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS

A opinião dos colunistas não reflete o posicionamento do veículo.

TIRAGEM: Publicação digital e impressa
CIRCULAÇÃO: Grande Vitória e digital
PERIODICIDADE: Semanal

Rua Carlos Lindenberg, 40. Ed San Gennaro, sala 201. Jardim Camburi. Vitória ES. Cep 29092-110 - Tel. 27 2180-0678
www.eshoje.com.br
redacao@eshoje.com.br

DIRETOR GERAL
Carlos Roberto Coutinho
carlos@eshoje.com.br

DIRETORA ADMINISTRATIVA
Bianca Coutinho
bianca@eshoje.com.br

DIRETORA DE REDAÇÃO
Danieleh Coutinho - MTB/ES 2694-JP
daniehcourtinho@eshoje.com.br

PROJETO GRÁFICO
Renon Pena de Sá
www.ellaform.com.br

FOTOGRAFIAS
Arquivo
redacao@eshoje.com.br

DIAGRAMAÇÃO
Jeferson Louis - MTB/ES 3605/ES

REDAÇÃO
Giulia Reis
Mariana Cicilioti
Thauane Lima
Esthefany Mesquita
Andressa Mota
João Otávio Carvalho
Thierry Khalil

SIGA NOSSAS REDES SOCIAIS:

 /eshoje
 @eshoje
 eshoje
 eshoje

IA revoluciona mercado, ganha espaço e profissões

A alfabetização digital, segundo os especialistas, envolve o domínio das ferramentas

THAUANE LIMA

jornalismo@eshoje.com.br

O mercado de trabalho está em constante transformação e, com o avanço das inteligências artificiais (IAs), os impactos da tecnologia se tornam cada vez mais evidentes — tanto a curto quanto a médio e longo prazos. Muitas profissões já estão sendo diretamente afetadas e, em alguns casos, podem deixar de existir, como é o caso de operadores de call center e tradutores humanos. Por outro lado, novas ocupações estão surgindo, impulsionadas pelas demandas criadas pela própria tecnologia.

Segundo estudos recentes, a inteligência artificial tende a gerar mais empregos do que eliminar. Um levantamento da PwC, empresa especializada em gestão de riscos corporativos, aponta que a IA pode criar cerca de 2,7 milhões de empregos líquidos apenas no Reino Unido até 2037. Já a pesquisa CX Trends, da Zendesk, empresa global de software de atendimento ao cliente, revela que 75% dos consumidores acreditam que a IA já está transformando a forma como as empresas oferecem seus serviços.

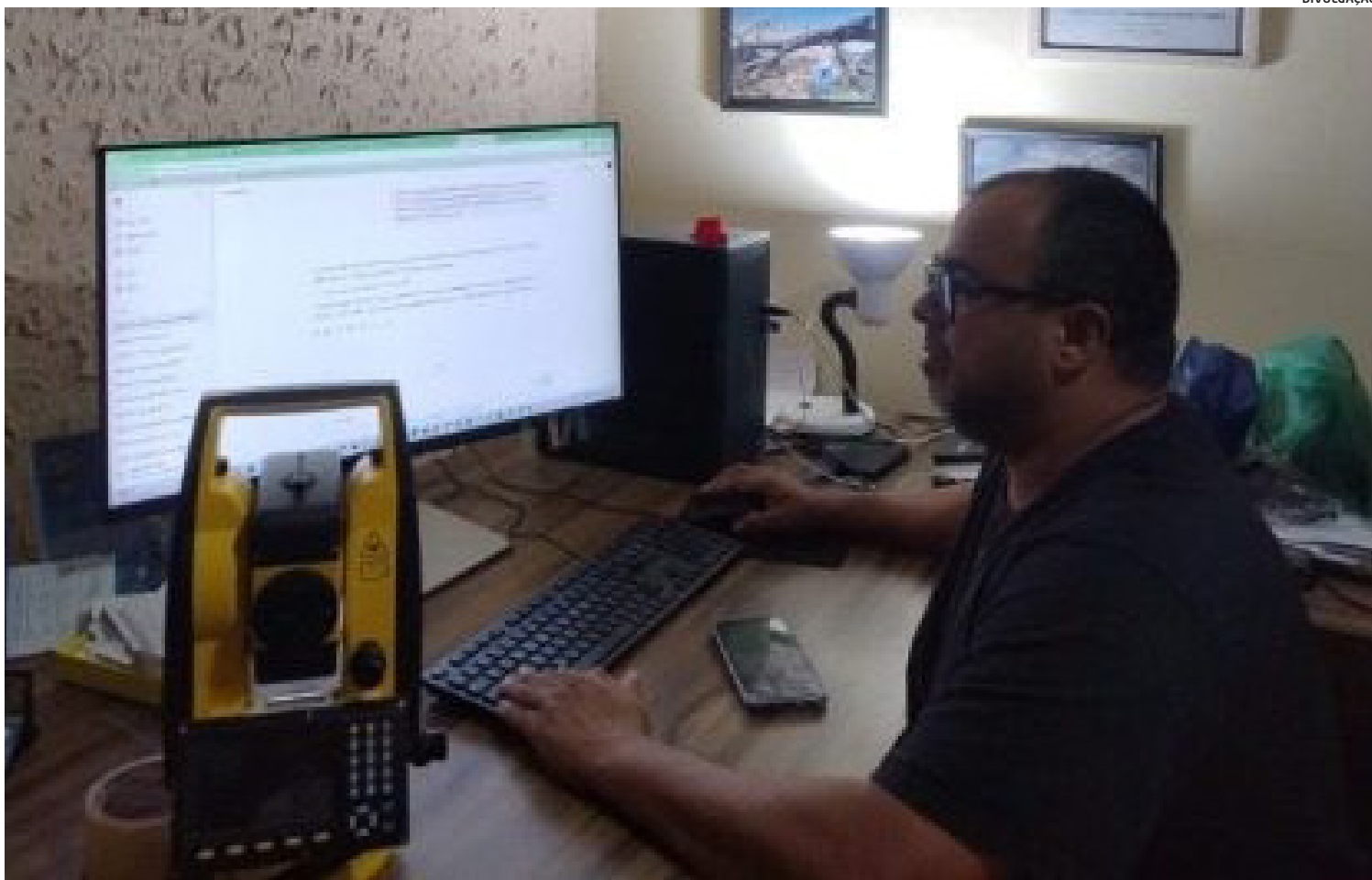
Esse movimento não é observado apenas em ambientes corporativos e grandes centros urbanos. Profissionais de áreas técnicas também já experimentam o impacto positivo da IA em suas rotinas. É o caso do técnico em Geodésia e Cartografia e conse-

DIVULGAÇÃO



“A IA veio para auxiliar nossas atividades, com o principal benefício da produtividade”

Henrique Hamerski, publicitário



Técnico em Geodésia e Cartografia, Everton de Brito Martins utiliza a inteligência artificial no dia a dia da sua empresa

lheiro titular dos Técnicos Industriais do Espírito Santo (CRT-ES), Everton de Brito Martins, que utiliza a inteligência artificial no dia a dia da sua empresa.

“Eu trabalho com a IA na complementação das informações de topografia e georreferenciamento dos trabalhos realizados pela minha empresa e projetos”, relata Everton. Além da aplicação técnica, a IA também tem agilizado atividades administrativas. “As declarações, requerimentos, respostas a e-mails, mensagens, orçamentos e toda a documentação: usamos a IA para nos auxiliar e agilizar os processos”, destaca.

A visão é compartilhada por Henrique Hamerski, publicitário formado pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), mestre em Administração, pós-graduado em Marketing pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e coordenador da Câmara Temática em Marketing e Inovação do Conselho Regional de Administração do Espírito Santo. Para ele, a IA representa um ganho direto em produtividade.

“A inteligência artificial é a tecnologia que pensa por nós quando estamos cansados. Ela veio para auxiliar nossas atividades, e seu principal benefício é a produtividade”, afirma.

Hamerski também desmistifi-

ca o medo de que a IA causará desemprego em massa. “Você não será substituído pela inteligência artificial, mas por um humano que sabe utilizá-la”, alerta. Segundo ele, mais do que uma ameaça, a IA representa uma oportunidade de transformação para profissionais que buscam se atualizar e aprender a trabalhar com as novas ferramentas.

No entanto, ele reconhece um desafio: a dificuldade de muitos jovens em interagir com as tecnologias de IA, especialmente pela falta de domínio do vocabulário técnico.

“Muitos jovens têm dificuldades porque não compreendem plenamente os termos e conceitos necessários, o que gera uma barreira para interagir com a tecnologia de forma eficaz”, explica. Ele cita que, nos Estados Unidos, algumas empresas passaram a contratar profissionais mais experientes, justamente para superar essa lacuna técnica e linguística.

Durante suas apresentações, Hamerski costuma apresentar diversas ferramentas de IA já disponíveis no mercado, como Artflow, Ideogram AI, Midijourney, Keygen e Opusclip, todas voltadas para áreas como design, criação de conteúdo, marketing e automação de processos criativos.

Diferentes esferas

PARA ALÉM da topografia e do marketing, especialistas apontam que o impacto da IA é amplo e atinge diferentes esferas. O professor Evandro Eduardo Seron Ruiz, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP) da Universidade de São Paulo (USP) e especialista em Ciências da Computação, também ressalta os efeitos do avanço da tecnologia sobre o mundo do trabalho. Segundo ele, embora muitas funções sejam extintas, novas profissões estão emergindo.

“A inteligência artificial é responsável por criar diversos novos postos de trabalho e por estimular outros já existentes, especialmente nas áreas de tecnologia da informação, marketing digital, ciência de dados e assistência virtual”, explica Ruiz. Por outro lado, ele alerta que profissões baseadas em tarefas repetitivas estão sob risco.

“Funções baseadas majoritariamente em tarefas repetitivas, como vigilância, segurança, algumas administrativas simples e análises básicas de dados tendem a desaparecer com o tempo”, complementa.

O professor também reforça a importância do desenvolvimento de novas habilidades para que os trabalhadores se mantenham competitivos no novo cenário. Destaca que o primeiro passo é a alfabetização digital, que envolve a compreensão e o domínio das ferramentas digitais, como softwares de produtividade e plataformas de colaboração. Evandro Ruiz destaca ainda que adaptabilidade e flexibilidade são competências-chave: “É essencial ter a capacidade de se ajustar às novas condições, tecnologias e ambientes de trabalho”, conclui.

Em um mundo onde a transformação tecnológica avança em ritmo acelerado, o uso estratégico da inteligência artificial já não é mais opcional — é uma exigência. Seja na engenharia, na comunicação ou na ciência de dados, os profissionais que souberem utilizar essas ferramentas a seu favor terão um diferencial competitivo no mercado. E, como apontam os especialistas, o futuro não pertence à tecnologia em si, mas àqueles que sabem usá-la com propósito e inteligência.

Eutanásia em casos de câncer ou Alzheimer

Estudo foi realizado com mais de 1.400 médicos optariam pela morte assistida se aodescessem

REDAÇÃO MULTIMÍDIA
jornalismo@eshoje.com.br

DIVULGAÇÃO

Mais da metade dos médicos entrevistados em um estudo internacional optariam, em casos avançados de câncer ou Alzheimer, pela sua própria morte assistida ou eutanásia ao prolongamento dos sintomas. Foi o que apontou pesquisa que revelou, ainda que as opiniões são fortemente moldadas pela legislação existente em cada país acerca da eutanásia.

Participaram do estudo mais de 1.400 médicos de família, de cuidados paliativos e de especialidades com alta probabilidade de lidar com casos de câncer avançado e doença de Alzheimer. Os resultados foram publicados na revista científica *Journal of Medical Ethics*.

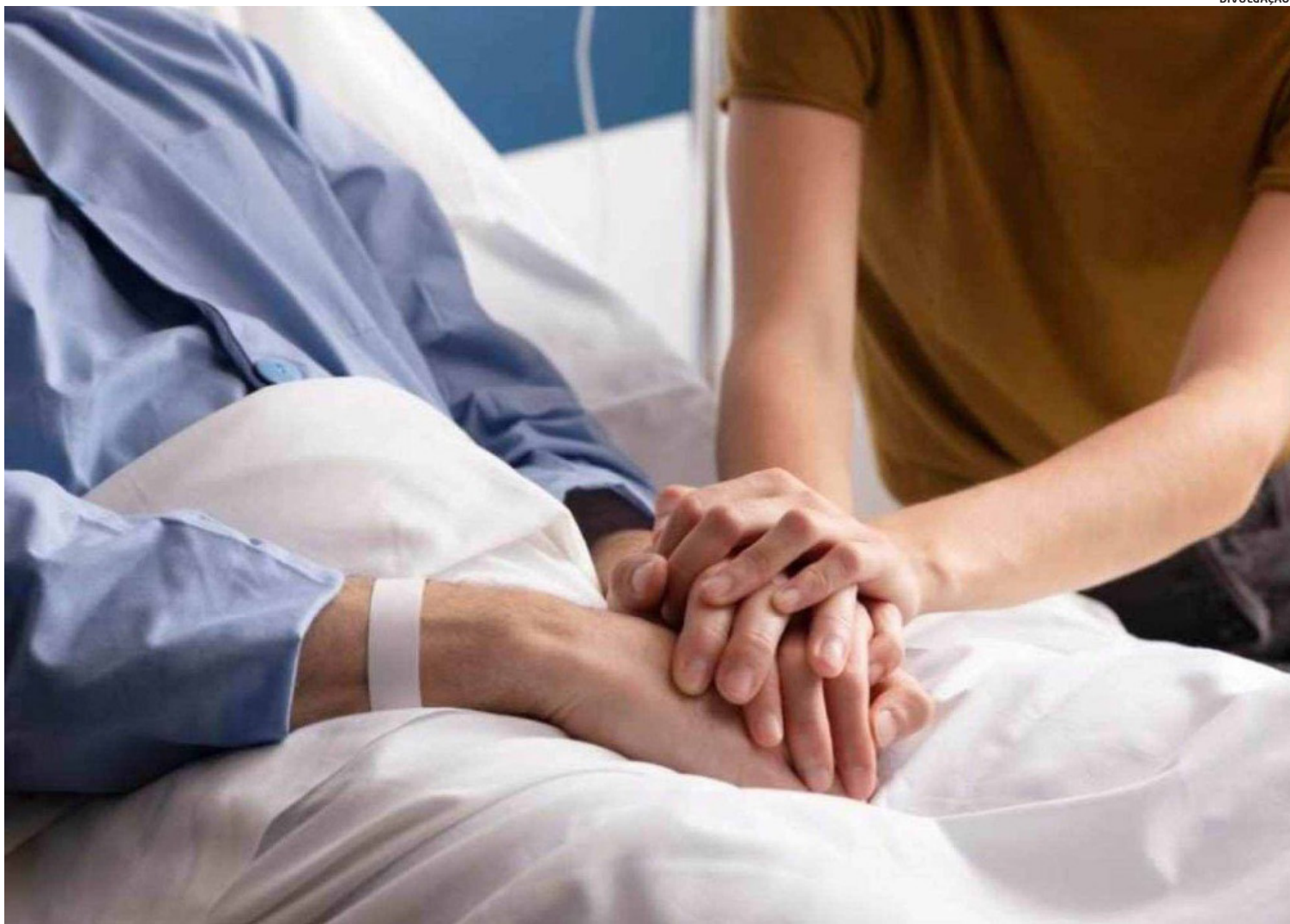
Os especialistas incluídos foram provenientes de oito regiões com diferentes jurisdições. A eutanásia e a morte assistida são permitidas no Canadá, na Bélgica, no estado americano do Oregon e no estado australiano de Victoria.

Por outro lado, na Itália e nos estados de Wisconsin e Geórgia, tais práticas são proibidas. Em Queensland, Austrália, também incluído no estudo, a legislação autorizando a morte assistida aprovada em 2021, mas o documento ainda não havia entrado em vigor quando a pesquisa foi realizada.

No Brasil, entretanto, o debate sobre a regulamentação da eutanásia e da morte assistida ainda é incipiente. Para além da estrutura, o debate sobre o direito de morrer no Brasil esbarra também em valores culturais, especialmente ligados à religiosidade. Um estudo analisou a percepção de 32 pessoas do Brasil e do Reino Unido para entender as percepções culturais de cada país quanto ao significado de uma boa morte.

Os resultados mostram que, enquanto britânicos mostram uma necessidade de controle sobre o fim da vida, os brasileiros enfatizaram a espiritualidade como elemento central. Em ambos os contextos, experiências prévias com a morte de entes queridos influenciaram medos e desejos em relação ao próprio falecimento.

Para Edison Vidal, professor da Unesp (Universidade Estadual Paulista) e um dos autores do estudo, a eutanásia e a morte assistida ainda não são uma demanda da população brasileira, que tem formas diferentes de lidar com o fim da vida em relação aos euro-



No Brasil o debate sobre a regulamentação da eutanásia e morte assistida é incipiente, esbarrando em valores culturais e religiosos

peus, ainda que possam ser importantes para alguns indivíduos.

Outra questão que atrasa o debate no país, apontada por especialistas, é a falta de acesso da população aos cuidados paliativos. A política pública nacional de cuidados paliativos só foi estabelecida no ano passado e ainda são pouco mais de 500 paliativistas atuando no país, como a professora Úrsula Guirro, do Hospital Universitário da Universidade Federal do Paraná (CHC-UFPR/Ebserh).

Segundo a médica paliativista, existem também uma lacuna muito grande na formação dos profissionais de saúde, visto que são poucas as faculdades que oferecem essa disciplina na sua grade de formação, e a discussão pouco atinge áreas da saúde para além da medicina, como enfermagem e fisioterapia.

No estudo internacional, embora a eutanásia seja uma opção para a maioria dos médicos, o consenso maior está em torno do alívio intenso dos sintomas e da sedação paliativa. Isso revela que, antes de discutir o fim da vida, é preciso encontrar formas de promover uma vida sem sofrimento.

Alívio intensificado dos sintomas

NOS QUESTIONÁRIOS, os especialistas deveriam avaliar como opções péssimas, ruins, boas ou muito boas as práticas de ressuscitação cardiopulmonar (RCP), ventilação mecânica, alimentação por sonda, alívio intensificado dos sintomas, sedação paliativa, uso de medicamentos disponíveis para o fim da vida, suicídio assistido por médico e eutanásia.

As respostas revelam que, de maneira geral, os médicos não consideraram as opções de suporte à vida como muito adequadas para o tratamento desses males. Menos de 1% dos entrevistados optariam pela RCP ou pela ventilação mecânica, e apenas 4% pela alimentação por sonda.

Por outro lado, houve quase um consenso entre a comunidade médica em relação ao alívio intensificado dos sintomas, considerado uma opção muito boa por mais de 90% dos entrevistados. Já a sedação paliativa e a eutanásia foram vistas co-

mo alternativas viáveis por mais da metade desses médicos, enquanto um terço deles afirmou que consideraria o suicídio assistido em cenários de câncer avançado.

Se por um lado, sexo, idade e etnia não foram variáveis que influenciaram significativamente a escolha desses médicos, por outro a legislação existente em seus países ou estado e sua religião foram. Em geral, aqueles menos religiosos foram mais propensos a considerar o suicídio assistido e a eutanásia (65% e 38%, respectivamente) do que os que professam alguma fé (38% e 40% para as duas práticas).

Quanto à geografia, apenas cerca de 40% dos médicos consideraram a eutanásia com alternativa boa para o cenário de câncer na Itália, que não possui autorização legal, contra até 80% na Bélgica. Isso sugere que fatores externos também influenciam fortemente as atitudes e preferências pessoais des-

ses profissionais.

De maneira geral, a jurisdição favorável aumenta em três vezes a probabilidade de um especialista considerar a eutanásia uma opção muito boa para quadro de câncer avançado, e em duas vezes para pacientes de Alzheimer.

Os pesquisadores tentam apontar razões para os resultados levantados. Uma das hipóteses afirma que médicos em regiões com autorização legal para essas práticas estão mais familiarizados e confortáveis com os resultados, muitas vezes por já terem observado seus resultados clínicos positivos.

Um estudo com dados oficiais da Bélgica revela que houve um aumento do número de casos de eutanásia no país desde a aprovação da prática. De 236 inicialmente, hoje somam pouco mais de 3.000 registros anuais. A prevalência foi entre homens e pessoas com 60 anos ou mais. (FOLHAPRESS)

Nathan Braga une arte, educação e os espaços

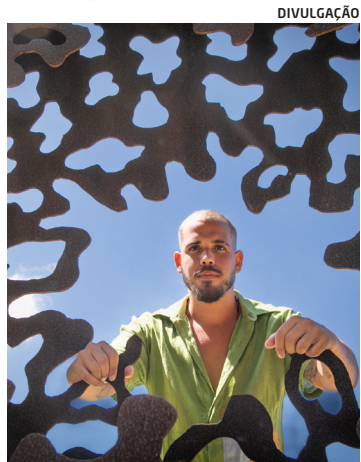
O artista, educador e agente cultural fala dos desafios da arte contemporânea no Espírito Santo

REDAÇÃO MULTIMÍDIA
jornalismo@eshoje.com.br

O Parque Cultural Casa do Governador, em Vila Velha, funciona há três anos e tem se consolidado como um dos espaços culturais mais pulsantes do Espírito Santo. Onde antes isolava o chefe do Poder executivo da população, sendo apenas moradia oficial, hoje a potência da arte, convivência e escuta transitam com liberdade. Um dos responsáveis por essa transformação é o artista, educador e produtor Nathan Braga, que atua como diretor pedagógico do espaço.

Doutorando em Arte e Cultura Contemporânea, Nathan tem um trabalho que desafia fronteiras entre produção e criação, questionando estruturas convencionais e propondo experiências que rearticulam o papel dos espaços públicos e dos processos de formação estética.

No Parque, sua atuação vai além da função pedagógica: Nathan contribui para o pensamento crítico do acervo, participa das articulações institucionais e atua diretamente no desenvolvimento de mediações e formações com educadores, estudantes e o público em geral. Nesta entrevista, Nathan fala sobre sua trajetória, os bastidores do Parque, os desafios da arte contemporânea no Espírito Santo e as possibilidades de reinvenção dos espaços institucionais por meio da arte.



Nathan atuda desafiando as fronteiras entre produção e criação

ES Hoje: Como sua experiência enquanto produtor influenciou sua prática artística, e vice-versa?

Nathan Braga: Eu diria que a intersecção se dá através da minha atuação ampla como agente cultural, porque efetivamente, nunca trabalhei como produtor e não tenho formação em produção cultural. Ou seja, tenho dançado entre a minha produção artística autoral, minha posição como pesquisador e escritor dos campos da Arte e Cultura Contemporâneas - uma vez que estou terminando meu Doutorado pelo PPGARTES-UERJ - e do meu trabalho como educador.

E sua atuação no Parque Cultural Casa do Governador?

Assumi a posição de Diretor Pedagógico do Parque em novembro de 2024, aos 29 anos. Gosto de demarcar a chegada numa posição como essa, ainda tão jovem, para mostrar o compromisso da Instituição com o desafio de construir algo inédito, comprometido com a juventude, através de uma equipe qualificada e sem medo de apostar grande. Em pou-

co mais de um semestre de trabalho, já construímos coisas muito grandiosas. Minha responsabilidade basicamente gira em torno de pensar, criar e experimentar um projeto pedagógico que faça sentido para uma instituição única, pioneira no Brasil.

Como você vê a relação entre arte contemporânea e o antigo espaço do poder público?

É inegável o caráter pioneiro e inovador dessa iniciativa. Transformar uma residência oficial de governadores, para usos próprios e de seus familiares, em instituição cultural, é uma decisão política de enorme relevância, dá indícios não só do crédito direto à cultura como uma coisa em si, mas da aposta nela como instrumento de modificação da sociedade. Incentivar e acolher a produção contemporânea em arte nesse espaço é um projeto político ousado, visto que a produção artística jovem tem se comprometido de forma muito clara com a reflexão de marcadores sociais, de violências históricas e de problematização de figuras e espaços de poder.

Como vê o potencial de projeção nacional desse espaço e da cena capixaba?

Acho que temos uma preciosidade nas mãos. Não estou falando só do agora, estou enxergando a longo prazo. Temos um acervo de culturas sólido e que só vai se aprimorar nos próximos anos, com o projeto que estamos construindo. Estamos trabalhando na integração entre arte, educação e natureza, agendas muito caras para a próxima década, colocando em diálogo a produção local com agentes nacionais que temos trazido, pesquisadores das mais diversas áreas e instituições, ampliando o território e seu alcance. Queremos que o trabalho que estamos desenvolvendo seja reconhecido como algo sério e relevante para o país, que ajude a colocar o Estado no circuito sudestino das artes.

Quais os seus projetos atuais e futuros, fora desse espaço?

Nunca deixo o trabalho no ateliê de lado. Sou um artista que entende a importância do trato com os materiais, do diálogo e da experimentação constantes. Sou muito crítico ao que faço e respeito o tempo próprio das coisas, dos trabalhos, por isso, preciso estar sempre em movimento, em produção. Acabamos de publicar o Material Educativo da 14ª Bienal de Artes Visuais do Mercosul, que assinei a Coordenação Editorial, organização e que contribuo como autor, temos alguns desdobramentos programados para esse grande feito. Nesse momento, estou trabalhando no projeto da minha próxima exposição individual, a ser realizada no final de agosto, na Galeria Mercedes Viagas, no Rio de Janeiro. Sou representado pela OAB Contemporary, uma galeria de Madri, na Espanha, e já começamos o projeto da minha individual, que vamos realizar lá, no ano que vem. Fui selecionado para uma residência artística em Barcelona a ser realizada em 2026 e já estamos conversando também.

Quais os maiores desafios para a arte contemporânea no Espírito Santo?

As perspectivas são muito boas se pensarmos em leis de incentivo, em investimento direto do governo, financiamentos... principalmente por ser um estado com dinheiro em caixa, com altos investimentos em eventos, ainda que com poucos equipamentos culturais. Se pararmos para observar a quantidade de projetos propostos

por artistas jovens que são financiados por essas iniciativas, que são contemplados nelas, vamos ver que esse já é um ponto fora da curva num cenário nacional, em que, constantemente, produtoras grandes são contempladas e os artistas independentes continuam a ver navios. Vejo uma produção cultural muito efervescente no estado, mas a circulação ainda é um desafio, tanto para fora do estado quanto dentro dele.

Que caminhos enxerga para o futuro do Parque Cultural Casa do Governador?

O prognóstico é muito positivo. O trabalho de expansão estrutural do Parque é contínuo. Em breve vamos iniciar a retirada do muro de pedras, substituindo-o por um e de metal, que vai abrir mais, trazer a rua para dentro. A portaria/recep-



“Minha responsabilidade gira em torno de pensar, criar e experimentar um projeto pedagógico no Parque”

ção também vai passar por reforma, queremos transferir a entrada principal para o portão 2, mudando o fluxo interno do Parque. Ainda vamos confirmar a data, mas vamos realizar no segundo semestre mais uma série de encontros presenciais do Ciclo de Formação de Educadores, com mais profissionais vindo de outros estados. E a ideia é que o Ciclo tenha periodicidade anual. Vamos realizar mais um seminário ainda esse ano e apesar de não poder falar muito, temos a expectativa de mais uma grande obra no acervo ainda para o ano. Da minha parte, posso dizer que a Escola Viva de Artes (EVA) é uma grande aposta.

“Nunca deixo o trabalho no ateliê de lado. Sou um artista que entende a importância do trato com os materiais”